



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**MARIAH WANZELER MASSARANDUBA E SILVA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária  
na região do Baixo Amazonas.**

**Santarém/PA  
2024**

**Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária  
na região do Baixo Amazonas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de artigo no Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA como requisito básico para conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Orientador (a): Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

**Santarém/PA  
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

S586e Silva, Mariah Wanzeler Massaranduba e  
Economia solidária: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária na região do Baixo Amazonas. / Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva. - Santarém, 2024.  
35 p. : il.  
Inclui bibliografias.

Orientador: Luiz Gonzaga Feijão da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. Economia Solidária. 2. Empreendimentos Econômicos Solidários. 3. Alternativa Econômica. I. Silva, Luiz Gonzaga Feijão da, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 334.098115

---

Bibliotecária - Documentalista: Cátia Alvarez – CRB/2 843

**Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária  
na região do Baixo Amazonas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em formato de artigo no Instituto de Ciências da Sociedade da UFOPA como requisito básico para conclusão do curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Conceito: 10

Data de Aprovação: 25/10/2024

---

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Feijão da  
Silva – orientador (Ufopa)

---

Prof. Msc. Márcia Janete da Costa  
Cunha – avaliadora (Ufopa)

---

Prof. Msc. Elen Cristina da Silva  
Pessoa – avaliadora (Ufopa)



**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM  
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL.**

No vigésimo quinto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 08:30 horas, realizou-se a Defesa Pública na sala 328, no campus Tapajós da Universidade Federal do Oeste do Pará, da Monografia da acadêmica Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva (matricula:2020008270), intitulada ECONOMIA SOLIDÁRIA: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária na região do Baixo Amazonas, sob orientação do Prof. Luiz Gonzaga Feijão da Silva que compôs a banca examinadora com os professoras Márcia Janete da Costa e Elen Cristina da Silva Pessoa. O presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e da discente e atribuiu o tempo de vinte e vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas da discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota 10,0, atribuindo 20 dias para que a discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof. Luiz Gonzaga Feijão da Silva, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.

Prof. Luiz Gonzaga Feijão da Silva – Orientador

Profa. Márcia Janete da Costa – Membro da banca

Profa. Elen Cristina da Silva Pessoa – Membro da banca

Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva – Discente

## RESUMO

Na Europa, em meados do século XVIII, a extensa jornada de trabalho, exploração nas fábricas, propagação da miséria, desigualdade e o individualismo, estavam ameaçando a saúde dos trabalhadores. Neste contexto, a Economia Solidária, surge em um momento onde os trabalhadores estavam cada vez mais se organizando para combater os arranjos capitalistas estruturados pela classe burguesa. Pautada pela autogestão e solidariedade, a ES promove uma nova alternativa econômica, organizando-se em empreendimentos econômicos solidários. A ES surge no Brasil durante a crise do desemprego nas décadas de 1980 e 1990 por movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores - CUT e Movimento Sem Terra – MST, e aos poucos o termo foi se popularizando até atingir associações de produtores, empreendimentos e cooperativas populares. Anos depois em 2003, a articulação dos movimentos sociais, após o Fórum Mundial Social, promoveu a realização do Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária, onde o mesmo reivindicou diretamente ao governo federal a criação de um local destinado a ES, sendo este a Secretaria Nacional da Economia Solidária. A SENAES teve papel fundamental na construção de políticas públicas de ES no Brasil. Na região Norte, especificamente no Baixo Amazonas, ela desempenhou grande função na formação do programa pioneiro de economia solidaria em Santarém/PA sendo a Escola de Economia Solidária, além de que seus materiais didáticos auxiliaram na Incubadora da UFOPA e no Fórum de Economia Solidaria do Baixo Amazonas.

Palavras-chaves: Economia Solidária. Empreendimentos Econômicos Solidários. Alternativa Econômica.

## ABSTRACT

In Europe in the mid-18th century, long working hours, exploitation in factories, the spread of misery, inequality and individualism were threatening workers' health. In this context, the Solidarity Economy emerged at a time when workers were increasingly organizing themselves to combat the capitalist arrangements structured by the bourgeois class. Based on self-management and solidarity, SE promotes a new economic alternative, organizing itself into solidarity economic enterprises. SE emerged in Brazil during the unemployment crisis in the 1980s and 1990s through social movements such as the Unified Workers' Central (Central Única dos Trabalhadores – CUT) and Landless Workers' Movement (Movimento Sem Terra - MST), and gradually the term became more popular until it reached associations of producers, enterprises and popular cooperatives. Years later, in 2003, the social movements, following the World Social Forum, promoted the creation of the National Working Group on Solidarity Economy, which directly demanded that the federal government create a place for SE, which became the National Secretariat for Solidarity Economy (SENAES). SENAES has played a fundamental role in building public policies for SE in Brazil. In the Northern region, specifically in the Lower Amazon, it played a major role in the formation of the pioneering solidarity economy program in Santarem, the Solidarity Economy School, and its teaching materials helped the Incubator of the Federal University of Western Pará (UFOPA) and the Forum of Solidarity Economy of the Lower Amazon.

Keywords: Solidarity Economy. Solidarity Economic Enterprises. Economic alternative.

## 1. INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII, a Grã-Bretanha iniciaria o primeiro passo para a Primeira Revolução Industrial. Com ela, ocorreria o surgimento de novas relações entre a sociedade, trabalho e meios de produção, destacadamente, a expulsão dos camponeses das terras rurais sob o domínio senhorial, para a transformação em proletariado, com base em um novo sistema (SINGER, 2002). Para Bertucci (2010), Marx e Weber foram autores que estabeleceram uma análise geral do capitalismo e a sua influência na sociedade tradicional e contemporânea, apesar de dois sociólogos com discordâncias, ainda sim, conseguiram reunir semelhanças em seus estudos, relacionado ao que significa a expansão do poder burguês sobre as relações sociais.

Os estudos feitos por Marx e Weber no início desse período são imprescindíveis para a compreensão do que foi o surgimento do capitalismo. Segundo Bertucci (2010), a análise weberiana se dá de duas formas: a empresa capitalista e a ação econômica capitalista, dessa forma Weber (1974, apud BERTUCCI, 2010, pág.42) cita que “a contabilidade racional do capital, como norma para todas as grandes empresas lucrativas que se ocupam da satisfação das necessidades cotidianas” se estabeleceria como uma condição para encaminhar o capitalismo moderno.

Karl Marx explica que a transição para o capitalismo moderno se deu pela mudança da produção material, financiada pela acumulação primitiva de riqueza. O entendimento da formação dessa estrutura, baseia-se nos mecanismos de formação e manutenção que se baseiam nas relações de produção nesse sistema (BERTUCCI, 2010). Com isso, foca-se em duas categorias de análise: mercadoria e capital. A mercadoria passa a ser vista como capital da mesma maneira que o trabalho e os meios de produção começam a ser comprados e vendidos pela burguesia (BERTUCCI, 2010). Dessa forma, Marx conclui que o capital é um sistema, onde a relação social de produção é gerada a partir da propriedade privada e no controle deste sobre o trabalho, que se apresenta mercadoria remunerada pelo assalariamento.

O cidadão, que antes se apresentava como camponês, agora se denomina como trabalhador assalariado e refém do burguês, tendo suas possibilidades de desenvolvimento limitadas e longe da sua essência como produtor direto. Agora o homem não é mais possuidor do produto do seu trabalho e muito menos controla o processo de produção (BERTUCCI, 2010, p.43): os capitalistas expropriaram os meios de produção dos trabalhadores, tendo eles que venderem sua força de trabalho, a única mercadoria que detêm e que da qual depende sua sobrevivência. A classe trabalhadora é submetida a alienação burguesa, onde é ensinado desde

jovem por educação, tradição e costume, como pela força e violência, que a produção capitalista é a norma da sociedade (BERTUCCI, 2010).

No entanto, com o crescente avanço do capitalismo, essa nova forma de produção passaria a trazer consequências a uma parcela da população, pois a extensa jornada de trabalho e a exploração nas fábricas começaram a ameaçar a saúde dos trabalhadores, impedindo a sua produtividade, tanto individualmente como na perspectiva de classe. (MORAIS, Edson Elias de *et. al.* 2011). Conforme citado por Bertucci (2010) tanto Marx quanto Weber, ressaltavam que o recrutamento de trabalhadores se deu por um processo violento, como através da expulsão de pequenos agricultores para ceder os seus campos à classe dominante já citada anteriormente, sendo o Estado responsável por submeter a população ao trabalho coercitivo.

Para Weber, “(...) é o Estado racional cerrado que assegura ao capitalismo suas possibilidades de subsistência” (1974, apud BERTUCCI, 2010, pág.45). A transição da sociedade tradicional para a moderna, tem como marco fundamental, o crescimento do estado que age em prol da burguesia e apenas mascara sua preferência em detrimento do proletariado. Segundo Bertucci (2010, p. 47) Marx (2005) ressalta que “(...) desde o momento em que o trabalho começa a ser dividido, cada um dispõe de uma esfera de atividade exclusiva e determinada, que lhe é imposta e da qual não pode sair”, ou seja, é necessário que homens, mulheres e jovens em formação se adaptem em esferas de trabalho que não refletem em sua verdadeira vocação para que possam garantir sua sobrevivência. Em resposta a essa precarização, as buscas por novos meios de sanar a propagação da miséria, desigualdade e o individualismo estruturado pela classe burguesa, foram respondidas com inovações que prezavam a igualdade, cooperação e solidariedade, sendo uma delas a Economia Solidária (MORAIS, Edson Elias de *et. al.* (2011).

A Economia Solidária emerge nesse contexto como uma alternativa econômica ao individualismo e egoísmo dos arranjos capitalistas, visto que seu objetivo é dar visibilidade e promover organizações socioeconômicas que não se regem pela estrutura do capital. No Brasil, a economia solidária ganhou popularidade no decorrer da década de 1990, quando surgiram iniciativas baseadas na livre associação econômica, sendo diferenciadas pelo caráter participativo e por seus ideais de cooperação e autogestão, decorrente da articulação dos movimentos sociais durante a crise do desemprego na década de 1980 e 1990, quando houve a crise de hiperinflação brasileira e a abertura do mercado interno para importações. Esse termo, com sua notoriedade, passou a englobar diversas categorias sociais - unidades informais de

trabalho, associações de produtores, empreendimentos e cooperativas populares - podendo ser dedicadas à produção ou prestação de serviços (GAIGER; KUYVEN; 2020).

Os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) foram se expandido e se organizando por várias frentes importantes, estando vinculados às Universidades, através das Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPA), e tiveram mais visibilidade ainda com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Fórum Brasileiro de economia solidária (FBES), que colaborou para garantir a estrutura que respalda a economia solidária como uma manifestação alternativa ao capitalismo, mesmo que em convivência com ele.

A reivindicação por pautar a Economia Solidária partiu da aliança de movimentos sociais que estavam inseridos à margem da sociedade, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG). Assim, economia solidária e seus princípios passaram a ser mais discutidos nas áreas rurais e urbanas, sendo que em janeiro de 2003 ocorreu o encontro de representantes desses grupos sociais no Fórum Social Mundial, para a criação do Grupo de Trabalho Nacional de Economia Solidária, que no mesmo ano, seria responsável pela reivindicação e negociação direta com o então governo federal eleito em 2002, para a criação de um espaço destinado a economia solidária na estrutura do novo governo, sendo esse a Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES). (SILVA; NARGEN; 2011)

A SENAES foi instituída oficialmente no ano de 2003, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como parte de um dos programas do Ministério do Trabalho e Emprego. Trouxe consigo a iniciativa de fortalecer a discussão da economia solidária e desenvolver os EES no país. Paul Singer, economista e a principal referência da ES no Brasil, foi consagrado a ocupar o cargo de secretário da SENAES. Singer retrata que o trabalho da SENAES só se tornou possível devido à proximidade com os movimentos sociais e que foi com essa relação estreita que passaram a ser definidos os princípios de atuação, conceitos, desafios e diretrizes para a implementar a política pública nacional de ES. A criação da SENAES, fez com que o movimento da ES presente em parte do território, ganhasse uma expressão nacional. Singer ressalta que se no ano de 1990 a 2004, a discussão sobre esse novo modelo de produção cresceu devido à crise, a partir de 2004 em diante a expansão da economia solidária não podia mais estar associada à marginalização (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017).

Um das estratégias utilizadas pela SENAES foi obter informações sobre os EES no país, utilizou-se da parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária para estabelecer uma base de dados nacional de economia solidária. Dessa parceria, elaborou-se o SIES - Sistema de informações em economia solidária. O SIES foi uma alternativa para que ficasse registrado e pudesse ser feita a identificação de EES - empreendimentos econômicos solidários -, EAF - Entidades de Apoio e Fomento -, e Políticas Públicas de Economia Solidária. (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017).

Diante dessa apresentação, a elaboração desse artigo tem o objetivo de compreender como a Secretaria Nacional de Economia Solidária influenciou nas instituições e agentes articuladores da economia solidária em Santarém/PA. A pergunta norteadora do artigo é a seguinte: Qual o papel da SENAES no desenvolvimento da Economia Solidária em Santarém-PA? A partir disso, o presente artigo apresentará o processo de influência da secretaria e como suas ações foram colocadas em prática, se convertendo em resultados concretos para a economia solidária no Oeste do Pará, analisando a experiência do município de Santarém.

## **2. METODOLOGIA**

O presente artigo está vinculado ao Projeto Consolidação das estratégias integradoras da Feira da Agricultura Familiar da UFOPA, ligado a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IECOSOL) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A Feira da UFOPA, desde 2016 é um espaço destinados aos EES, rurais e urbanos, e estimula o desenvolvimento da Economia Solidária nos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Portanto, para a realização desse trabalho, seguiu-se a metodologia de revisão bibliográfica, que segundo Gil (2002), se configura como pesquisa exploratória a fim de captar diversas posições e análises acerca do tema proposto. Dessa forma, os parâmetros de inclusão na pesquisa, foram: artigos científicos, livros, textos e teses de doutorado, que retratavam os conceitos da Economia Solidária, do seu aspecto histórico até a atualidade.

O trabalho segue o caráter de pesquisa qualitativa, fundamentada em amostras intencionais entre os participantes que vivenciaram o fenômeno central da pesquisa (Gil, 2017), utilizando-se a amostragem de variação máxima, sendo elaborada uma entrevista semiestruturada, onde os entrevistados receberam de antemão um roteiro, podendo haver perguntas externas a ele.

Para complemento deste, também se utilizou da pesquisa documental, que Gil (2017) ressalta que apesar das semelhanças com a pesquisa bibliográfica por trabalhar com fontes já existentes, a pesquisa documental se difere pela diversa finalidade que determinado material foi elaborado, podendo este ser para autorização, comunicação e etc. Sendo assim, houve o uso de jornais locais que constavam os registros do início do desenvolvimento da Economia Solidária no município de Santarém/PA.

No que tange os aspectos éticos e legais deste artigo, foi-se necessária a assinatura dos colaboradores ao Termo de Compromisso para que seus nomes pudessem ser citados.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 Economia Solidária e os seus princípios**

Após a ampliação dos direitos dos trabalhadores, com o aumento da remuneração e redução da jornada de trabalho, novos modelos alternativos começaram a ser discutidos, entre eles a economia solidária (SINGER, 2002). Diferente do capitalismo que prega o individualismo e competitividade, a economia solidária é apresentada como um conjunto de princípios e valores do cooperativismo, autogestão e solidariedade. Para BERTUCCI (2010 p.51), a ES se configura como:

“o que apresenta a ES como sendo formada por um conjunto de organizações econômicas, caracterizadas pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela autogestão do trabalho por meio de mecanismos de tomada coletiva de decisões e pelo engajamento comunitário.”

Para Maria Arcanjo (2016) a economia solidária se estabelece através de uma globalização humanizadora, pregando o desenvolvimento sustentável e justo, voltado a saciar as necessidades de cada um. Com isso, disserta sobre os valores a serem seguidos da ES, sendo eles:

“1. O valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade humanos, e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas.

2. A Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o

ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

3. A Economia Solidária busca a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios.

4. A Economia Solidária busca outra qualidade de vida e de consumo, e isto requer a solidariedade entre os cidadãos do centro e os da periferia do sistema mundial.”

5. Para a Economia Solidária, a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

6. A Economia Solidária é um poderoso instrumento de combate à exclusão social, pois apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos, provando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana. (FBES apud ARCANJO e OLIVEIRA. 2016)

Segundo Singer (2002) a economia solidária é um novo modo de produção que une os princípios da propriedade coletiva e o direito à liberdade individual. Singer (2002) configura esses termos com a existência de sociedades econômicas cooperativas e associativas, onde trabalhadores ou cooperados possuem o capital distribuído por igual e sem competitividade. Para Amorim (2010) a economia solidária se apresenta como uma iniciativa de geração de renda, que se expõe através de coletivos de trabalho de natureza e formas de organização espelhadas na cooperação e democracia, defendendo os princípios de autogestão e solidariedade.

A autogestão é o atributo principal para o surgimento de um empreendimento solidário, que se configura como uma prática onde todos são responsáveis pelas demandas e problemas da cooperativa ou associação, sem que exista um patrão. Para Valente (2007) a autogestão é uma prática de administração onde todos os trabalhadores participam da coordenação do empreendimento e tomam as decisões. Sguarezi (2020 p.63) pontua que:

“(…) a economia solidária, e a autogestão dialogam com a questão social se mostrando como uma alternativa não apenas inteligente, mas necessária e viável para dar respostas concretas ao impacto da reestruturação do processo produtivo provocadas pela introdução das novas tecnologias e suas repercussões no mundo do trabalho.”

É possível observar que a autogestão é um experimento social que se constitui e se reconstrói por conta própria (VALENTE, 2007 p.7). Em relação a solidariedade, é possível averiguar sua presença na forma em que é conduzido o empreendimento, nas relações de troca e recíproca dos empreendedores. Valente (2007) disserta que a solidariedade está vigente na justa distribuição dos resultados alcançados e nas oportunidades que levam ao bem-estar dos trabalhadores, assim como nas relações com meio-ambiente, sociedade civil e movimentos sociais. Dessa forma, Singer (2002 p.9) retrata que “A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar.”

E o ponta pé para isso ocorrer está por meio de associações ou cooperativas, conhecidas como Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Vamos nos aprofundar um pouco mais esse conceito. Segundo Gaiger (2018) o termo empreendimento econômico solidário, junto com sua sigla “EES”, surgiu no ano de 1990, no período em que a temática da Economia Solidária também estava se consolidando no campo brasileiro. As discussões apresentadas pela ES, onde se reuniram sindicalistas, ONG’s, instituições acadêmicas e lideranças populares moldadas nas experiências práticas dos empreendimentos, que conduziram para que o termo “EES” fosse utilizado para diferentes finalidades, desde a delimitação da atuação de entidade civis ou a abrangência do governo, até a unidade de organizações, fóruns e outras formas de mobilização. Dessa forma, Gaiger (2018) afirma que o empreendimento econômico solidário, pode ser definido como organizações cujo propósito reside na inserção do espírito empreendedor, caracterizado pelo planejamento de resultados e do aprimoramento dos fatores produtivos, e o espírito solidário, de uma forma que a cooperação atue como fator de racionalização econômica, resultando em vantagens para que essa alternativa e formação de renda alcance os trabalhadores inseridos.

Os EES que constituem a economia solidária são vistos como organizações coletivas organizadas de forma autogestionária e que realizam atividades de produção de bens e serviços, podendo ser de crédito ou finanças, comércio e consumo solidários (CULTI, 2010, pág 14). Na perspectiva do SIES, empreendimentos econômicos solidários podem ser: cooperativas,

associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca etc.; cujo participantes são trabalhadores do meio rural e urbano, que praticam coletivamente a gestão das atividades e a obtenção dos resultados.

São considerados empreendimento solidários os que já estão constituídos, com grupos de trabalhadores e atividades econômicas definidas, e aqueles que ainda estão na fase de implementação (Brasil, 2005, p. 13). Nesses empreendimentos destacam-se as características presentes na economia solidária, sendo eles: a cooperação, autogestão, solidariedade e viabilidade econômica. Segundo o Atlas de Economia Solidária (2005), a cooperação se refere há objetivos comuns, união dos participantes nas atividades prestadas, propriedade coletiva de bens e partilha igualitária dos resultados. A autogestão relaciona-se ao conjunto de práticas participativas nos processos de trabalho, nas tomadas de decisões dos empreendimentos, na direção e autogestão das ações nos seus diversos graus de interesse. A solidariedade está atribuída na justa distribuição dos resultados e na melhoria das condições de vidas aos que estão associados aos empreendimentos, também há o compromisso com meio ambiente e com a comunidade que está inserida. Por último, a viabilidade econômica está associada a agregação de recursos e esforços para prover iniciativas coletivas de produção, prestação de serviços e comercialização.

Dessa forma, a economia solidária se estabelece como um meio de enfrentar a pobreza e desigualdade, tendo como unidade de produção e socialização os EES, fazendo com que uma parcela da sociedade que não possui um emprego formal, consiga se inserir em um meio de trabalho (COSTA, 2022). A economia Solidária, portanto, amplia o repertório da sociedade para além das relações assalariadas no que se refere as maneiras que o trabalhador direto pode garantir sua subsistência e de sua família.

### **3.2 Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil**

Antes de iniciar a apresentação sobre o avanço e as principais políticas públicas de economia solidária no país, é necessário compreender que a ES é um modo de produção direcionada especificamente e historicamente para uma população relativamente marginalizada e excluída da sociedade. Sua construção política é vista como em desenvolvimento e demanda ações que possam articular com diferentes áreas do governo e do Estado, como a educação, meio ambiente, trabalho e entre outras.

É importante evidenciar que no Brasil, a economia solidária passou a se consolidar no século XX, como objeto de estudo nas áreas acadêmicas e temas de programas e projetos

governamentais, presentes nas esferas políticas-administrativas do país (SILVA; NARGEN; 2011. p 10). Foi na década de 1990 que esse modelo econômico entrou em pauta como uma nova abordagem para combater à crise do desemprego que marcava a época. Nesse período, a atuação do Estado era voltada a formulação de políticas públicas direcionada unicamente para o trabalho, e não considerava alternativas de geração de trabalho e renda para a população, que não estariam relacionadas ao emprego assalariado.

Segundo França Filho (2006 apud SILVA; NARGEN; 2011), as políticas referentes a economia solidária estabeleceram no Brasil uma nova forma de intervenção do Estado direcionadas a geração de trabalho e renda, indo além da estrutura assalariada para o incentivo em outras formas de organizações socioeconômicas. Roberto Marinho (2017, pág 11) ressalta que

“as políticas públicas de economia solidária dialogam com as experiências acumuladas em milhares de iniciativas (programas, projetos e ações) promovidas por diversos tipos de organizações da sociedade civil (de inspiração religiosa, de mobilização social, de educação popular, e etc.)”.

Ainda que o debate nas esferas políticas e sociais estivesse em construção no país, já existiam projetos em desenvolvimento que pautassem a economia solidária. Um exemplo disso, é o Programa de Economia Popular Solidária (ECOPOSOL), que foi estruturado pelo governo do Rio Grande do Sul, que estava sob a posse do Partido dos Trabalhadores no ano de 1998-2002, se tornando o percussor da economia solidária como estratégia de política pública no Brasil (SILVA; NARGEN; 2011). Esse programa tinha como objetivo a capacitação, formação, comercialização e incubação de empreendimentos.

É importante frisar que nos anos 2000, a ES vinha se estabelecendo também de outras formas, a exemplo do surgimento da Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores e a UNISOL cooperativas, que em 2005, passou a ser nacional e se transformou em Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL Brasil), e no mesmo ano ocorreu a fundação da Unicafes (União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária), que visava representar o cooperativismo solidário, que articula com a agricultura familiar, reforma agrária e os povos tradicionais. Outras contribuições para disseminar e ampliar o desenvolvimento da economia solidária, foram as criações de

incubadoras de cooperativas nas universidades, dando destaque a Rede Unitrabalho e a Rede de ITCP's (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares) (MARINHO, 2011, pág 12).

Seguindo essa mesma linha, já existiam nos estados e municípios, como foi citado o Rio Grande do Sul, que implementavam políticas locais de avanço a economia solidária. Podemos citar também a cidade de São Paulo com o Programa Oportunidade Solidária, consolidado no período de 2001 e 2004, que estimulava a organização de empreendimentos coletivos e individuais. O programa surgiu com a iniciativa de assegurar as formas de trabalho que levavam os valores da economia solidária (OLIVEIRA; LEIRNER, 2009, p. 245).

Na região Norte do país, dando ênfase em Belém/PA, já havia iniciativas que se mobilizavam para reduzir a exclusão social da cidade, sendo isso no final do século XX, quando a ES surgiu no debate no campo brasileiro. A iniciativa que mais se destaca, é a Cáritas Brasileiras, que prestava apoio a organizações associativas ou cooperativas, graças aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) (BERTUCCI 2003 *apud* ARCANJO, 2018, p.217). No entanto, a representação mais importante da economia solidária na cidade de Belém, foi o surgimento do Fundo Municipal de Geração de Emprego e Renda “Ver-o-Sol”, que através da Lei Complementar nº 001/97, tinha o propósito de fornecer financiamento de crédito produtivo aos empreendedores, promovendo a capacitação e qualificação para que esses consigam gerenciar seus empreendimentos.

Esse programa constituía o Banco do Povo, financiado pela Prefeitura de Belém em conjunto com a ADS Amazônia (Agência de Desenvolvimento Solidário da Amazônia). A mobilização para mitigar a exclusão social na capital paraense, resultou que as entidades que surgiram com essa motivação, pudessem compor o Fórum de Empreendedores Populares e Solidários de Belém e contribuíram para à pressão para criar de legislações que visassem o estado do Pará (ARCANJO, 2018). Dessa forma, Miranda evidencia que:

“(…) anos mais tarde, em outubro de 2009 foi sancionada a Lei Estadual 7.309/2009, estabelecendo a Política Estadual de Estímulo à Economia Popular e à ES no Estado do Pará. Já em março de 2012, houve a aprovação da Lei Municipal nº 8911, instituindo em Belém o Programa Municipal de Economia Solidária” (MIRANDA, 2012 *apud* ARCANJO, 2018).

Com a ES presente em diferentes formas no país, a necessidade de se ter uma representação no governo federal se tornou mais evidente, com isso em 2001 houve a criação

do Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária. Em seguida, em 2002, realizou-se a 1ª Plenária Brasileira de Economia Solidária, resultando na elaboração da Plataforma Nacional de Economia Solidária. Em 2003, com a pressão dos movimentos sociais e das organizações que atuam na área, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no mesmo ano, foi realizada a 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária, que trouxe a elaboração e fundação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. A criação do Fórum Brasileiro, possibilitou a formação de fóruns estaduais, territoriais e municipais, com a participação de empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária por todo o país. (MARINHO, 2011).

### **3.3 Secretaria Nacional de Economia Solidária e a região do Baixo Amazonas/Santarém**

Como foi destacado durante a introdução deste trabalho e no tópico anterior, a articulação de movimentos sociais que promoviam a ES na companhia de programas de fomento a economia solidária estruturado por governos estaduais e municipais, influenciou para que esse tema participasse do quadro de discussões no Fórum Social Mundial (FSM), ocorrido em 2001, em Porto Alegre.

Nesse evento, foi formado o Grupo de Trabalho brasileiro de Economia Solidária (GT – Brasileiro). (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017, pág.235). O GT era composto por uma rede de organizações que prezavam as práticas associativas que estavam ligadas ao segmento popular e solidário, sendo elas: rural, urbano, estudantes, igrejas, bases sindicais, universidades e entre outras. A atuação do grupo de trabalho era diversificada e isso contribuiu na estruturação de uma identidade para a Economia Solidária, justamente por analisar as práticas e respeitar as contribuições e especificidades de cada região.

A possibilidade de atrelar a ES no plano de desenvolvimento do Governo Federal, se tornou maior logo após a vitória de Luis Inácio Lula da Silva à presidência. Sua chegada ao poder possibilitou que o GT de Economia Solidária arquitetasse propostas para a criação de um Fórum Brasileiro de ES, o intuito dessa elaboração era garantir a implementação de políticas públicas de fomento a ES na esfera federal, que futuramente resultaria na criação de uma secretaria destinada a economia solidária. (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017, pág.235)

A partir desse cenário, a criação da SENAES passa primeiramente por algumas etapas até ser consolidada. Em São Paulo, no ano de 2002, foi feita a primeira Plenária de Economia Solidária com o propósito de incorporar uma agenda de interesses compartilhada ao movimento

de economia solidária. No mesmo ano também foi constituída a ideia de uma Rede Nacional de Gestores Públicos de ES. Posteriormente, em 2003, na cidade de Porto Alegre/RS, aconteceu a segunda Plenária Nacional de ES, em que foi anunciada a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, que estaria inclusa no Ministério de Trabalho e Emprego (MTE).

No entanto, a SENAES precisou esperar alguns meses até ser definitivamente deliberada, pois antes de ser incluída no programa social do governo federal, precisaria primeiro ser aprovada pelo congresso nacional. Assim sendo, com o ânimo e a pretensão de aprovação, os movimentos sociais se uniram para a realização de diversas reuniões que resultaram na formação e oficialização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e da Rede Nacional de Gestores Públicos (Singer, 2009, p. 43).

Diante desse cenário, ainda em 2003, sob a Lei nº 10.638, de maio de 2003 e no Decreto nº 4.764, do dia 24 de junho de 2003, foi institucionalizada a SENAES em conjunto com o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES). Dessa forma, já se observa o grande salto na discussão da ES no Brasil e como a Secretaria Nacional de ES se tornou a precursora para a propagação a nível nacional dessa temática. Com isso, o objetivo da existência da secretaria era a viabilização e coordenação das atividades em apoio à ES no território nacional, focando na geração de trabalho e renda, inclusão social e promover o desenvolvimento justo e solidário. (BRASIL-SENAES, 2003 apud FERREIRA de et al. 2019).

No decorrer do seu funcionamento, a secretaria contou com a influência de diversos atores sociais, em especial, a de Paul Singer, que na época era membro do Partido dos Trabalhadores e foi o nome escolhido a ocupar a mesa da secretaria (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017). Para o estudo da realidade territorial, a SENAES contou com a parceira do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, que logo em seguida propôs a elaboração de uma base de dados com informações nacionais sobre a economia solidária e assim, surgiu o Sistema de Informação em Economia Solidária (Sies) feita para identificar e caracterizar os empreendimentos econômicos solidários (EES), entidades de apoio e fomento (EAF) e políticas públicas de economia solidária.

Foram a partir dos dados coletados, que a secretaria começou a atuar da melhor forma no país, a partir das informações que as políticas públicas foram implementadas visando o desenvolvimento local e territorial de cada território brasileiro. (ARCANJO; OLIVEIRA; 2017, p. 236)

Com os dados coletados e o foco no desenvolvimento, a secretaria formulou uma estratégia de fortalecimento institucional, resultando na implementação do Programa Economia

Solidária em Desenvolvimento, sendo incluído no Plano Plurianual de 2004, 2007, 2008 e 2011, para assistir às demandas dos empreendimentos econômicos solidários. Dessa forma, várias ações foram elaboradas pela secretaria, como apresenta o quadro a seguir:

FIGURA 1 – LISTA DE AÇÕES DA SENAES

| Ações da SENAES para Fomento da Economia Solidária   |
|--|
| Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária (PPA 2012/2015) |
| Programa Nacional de Associativismo e Cooperativismo Social (Pronacoop Social)                     |
| Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC)                               |
| Programa de Resíduos Sólidos (PPA 2012-2015)   |
| Ações Integradas   |
| Catadores e Catadoras  |
| Associativismo e Cooperativismo Social   |
| Comércio Justo e Solidário   |
| Finanças Solidárias  |
| Formação   |
| Incubação, Pesquisa e Extensão   |
| Informações  |
| Redes de Cooperação Solidária  |

Fonte: BRASIL-MTE, 2016 apud Ferreira e Lombardi et. al, 2019)

A partir disso, as políticas públicas executadas pela SENAES, seguia com repasses de recursos financeiros a estados, municípios e universidades, que articulavam com projetos sociais de fomento a economia solidária (FERREIRA; LOMBARDI; et. al 2019, p.56). Com esse avanço, a SENAES expandiu as políticas públicas por meio da legislação e efetivação de conselhos de economia solidária, isso resultou em ações em mais de 10 governos estaduais e em homologação de leis municipais em diversos municípios. Logo, entre 2004 à 2010, ocorreu a parceria em 23 municípios e três governos estaduais (ARCANJO; OLIVEIRA; p.217).

Na região Norte, em particular, Belém/PA, será citado alguns dos impactos da SENAES com os programas de fomento a economia solidária que foram feitas na região. Em 2004, houve a inserção da ES nos planos plurianuais (2004 a 2007), que em Belém a atuação se deu pela realização de projetos de incentivo aos empreendimentos econômicos solidários. Posteriormente, em 2005, ocorreu a nível nacional a Ação de Desenvolvimento Local e ES (PPDLES); a implantação do Programa Nacional de Feiras e o Desenvolvimento do Projeto Fundos Solidários. Em Belém, essa atuação foi desenvolvida através do convênio entre a secretaria nacional de economia solidária em conjunto com a Cáritas Norte, para que pudessem desenvolver os projetos de Fundos Solidários.

Avançando um pouco, temos de 2010 a 2013, a chamada pública para implementação e consolidação de bancos comunitários e de fundos solidários, resultante na criação do Banco Tupinambá. De 2012 a 2013, houve o Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária e o fomento às redes de cooperação solidária, que em Belém, a atuação gerou a criação da Lei de Economia Solidária. (ARCANJO; OLIVEIRA; p.221).

Mas não foi somente na capital paraense que a SENAES levou atuação e recursos, na Região do Baixo Amazonas, especificamente em Santarém-PA, as políticas públicas de economia solidária começaram a emergir no ano de 2006, quando já estava incluído no PPA 2006-2009. O programa pioneiro em Santarém/PA, foi a Escola da Economia Solidária (Econsol), que tinha como objetivo a formação de empreendedores solidários, para que ao terminar seu aprendizado teórico, pudesse ter apoio financeiro e acompanhamento para organizar o seu futuro empreendimento (COSTA, 2022, p.109).

Conforme ressalta Costa (2022), a Econsol era uma política pública de apoio a quem estivesse interessado em administrar um empreendimento com consciência e responsabilidade, a sua estrutura era de prática-teoria-prática. Primeiramente, era analisada a situação em que os alunos vivenciavam sendo empreendedores, em seguida, iam para os conceitos teóricos e por último, era aplicado a implementação de um empreendimento solidário gerido pelos próprios alunos, e que havia acompanhamento no processo de execução junto com cursos de organização.

Ainda que descontinuado em 2012, o projeto no decorrer de seu funcionamento, conseguiu o feito de trezentos alunos concluintes da escola, trinta e oito empreendimentos formulados e treze, de 38, foram financiados pelo Banco do Povo de Santarém e pelo Banco do Brasil. O projeto também participou do Prêmio Objetivos do Milênio (ODM) Brasil, onde ficou na 50ª posição de melhores projetos elaborados no país.

Para responder à pergunta do trabalho, ainda seguindo na linha de políticas públicas e influência da Secretaria Nacional de Economia Solidária na Região do Baixo Amazonas, seguiu-se a metodologia de entrevistas semiestruturadas com agentes do poder municipal, movimentos social e da universidade.

Inicialmente abordou-se a entrevista da ex-secretária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (SEMDES) e ex-coordenadora da Escola de Economia Solidária em Santarém/PA, Conceição Lima, bacharel em Ciências Contábeis e especialista em contabilidade e direito tributário, foi pioneira na formulação do programa municipal e a responsável por levantar o debate da Economia Solidária na região. Sua trajetória com a ES

inicia por questões de convicção, ao acreditar na igualdade e justiça, a mesma relata que “*O fato de nós estarmos na época em um governo de esquerda, que também tinha essa visão, junto com as pessoas que me cerquei, que já tinham esse lado da educação mais popular*” fez com que comprasse a bandeira da economia solidária e tivesse força de vontade para seguir com o programa.

Para realizar essa empreitada, Conceição Lima lembra, que na sua gestão a Escola de Economia Solidária teve influência direta com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes). A mesma foi a Brasília e se reuniu com os responsáveis pela pasta de economia solidária. Foi a partir dos materiais arrecadados diretamente do Ministério do Trabalho e Emprego, que o projeto da Econsol se consolidou, originando outras oportunidades que estariam por vir.

“Então, a gente começa através desse material que a gente conseguiu na Coordenação Nacional da Economia Solidária. Depois dessa viagem que a gente esteve em Brasília. E a gente consegue esse material que foi a nossa base para a gente entender tudo por onde começar, qual era o nosso caminho para percorrer. E aí é que nasceu, dentro do nosso planejamento, a criação da Escola de Economia Solidária.”  
(Pergunta nº1)

O projeto fechou parceria com a Prefeitura Municipal, que na época estava sob comando da Prefeita Maria do Carmo (PT). O município cedeu salas de aulas a Escola que se fixou em alguns polos da região de Santarém, para a capacitação de monitores para que entendessem a economia solidária, esse conhecimento seria repassado adiante para o futuro empreendedor gerir seu empreendimento econômico solidário.

FIGURA 2 – FOLHETO INFORMANDO SOBRE A ESCOLA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.



Fonte: Informativo Cidade da Gente (2007, vol.11)

Conceição Lima ressalta que as políticas de inserção a economia solidária em Santarém/PA, quando voltadas a capacitação, treinamento e acompanhamento do empreendedor, para que ele entenda que ter um empreendimento não é apenas focar na comercialização, e sim, na produtividade e qualidade do trabalho, a política flui de uma maneira positiva e com a capacidade de fazer o empreendedor enxergar as necessidades para se manter no mercado. E isso se provou na prática, ao fechar parcerias com instituições que ajudaram a fomentar o avanço dos empreendedores, alguns dos exemplos estão na capacitação ofertada pela Prefeitura Municipal de Santarém, no Curso Básico de Administração e Cooperativismo:

FIGURA 3: CAPACITAÇÕES EFETUADAS PELA PREFEITURA.



Fonte: Informativo Cidade da Gente (2007, vol.12)

Nessa capacitação, como descreve o jornal, 25 se formaram no curso, que resultou no ingresso a Cooperativa do Cucurunã (COOPAC), a cooperativa era voltada à produção de

farinha, artesanato e plantas ornamentais e medicinais. A cooperativa financiada pelo Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e executada como projeto pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico Social (SEMDES) fomentou capacitar os cooperados em cursos específicos para melhorar a produção e qualidade da culinária desenvolvida na cooperativa, como mostrado a seguir:

FIGURA 4: CAPACITAÇÕES EXECUTADAS PELA COOPAC.



Fonte: Jornal de Santarém e Baixo Amazonas (2007, 31 de março)

Outras instituições contribuintes para a qualificação de mão-de-obra, foi o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), como relata Conceição Lima:

“A gente conseguiu fazer parceria com várias pessoas, então nós contávamos com o Sebrae, porque entendíamos que tínhamos que começar a qualificação, então o Sebrae ele já tinha tudo isso, tanto o Sebrae quanto o Senac, o Senar, o próprio Sesc, porque são entidades que já foram criadas para esses fins. Eles me ajudaram na capacitação dos monitores, a Emater com o conhecimento técnico focado na área rural, assim como a Embrapa, tudo área rural. Tudo isso era justamente para capacitar os monitores (que iriam trabalhar com os empreendedores) então dependendo da sua atividade, a gente sabia o que que tinha para trabalhar com aqueles

empreendedores dentro da economia solidária.” (Pergunta n°5)

Percebe-se como a influência da criação da SENAES, a nível nacional, trouxe iniciativas de construção de programas vinculados a políticas públicas de Economia Solidária a nível municipal, que acarretaram o desenvolvimento de empreendedores qualificados a gerir seu empreendimento econômico solidário. A Econsol contou, inicialmente, com 500 alunos e que seriam financiados aqueles que permanecessem no projeto. Conceição Lima ressalta que o cooperativismo foi a base para que a linha de raciocínio da economia solidária se estabelecesse dentro do programa e que todos os projetos executados deveriam seguir o eixo da economia solidária e que a partir disso, verifica com positividade a inserção da economia solidária na região do Baixo Amazonas.

Para dar continuidade ao debate da Economia Solidária, foi realizada a entrevista com a representante do Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, Maria Antônia Arcanjo, pedagoga e mestre em políticas públicas, Arcanjo conta que sua história com a Economia Solidária se inicia no ano de 1983, quando trabalhou no Sindicato dos Trabalhadores Rurais e teve a oportunidade de vivenciar as experiências coletivas em Santarém/PA, especificamente no setor rural. Desde os barcos comunitários a revendas comunitárias, Maria Antônia Arcanjo ressalta que o esforço era coletivo e com o intuito de driblar a carestia, e isso os obrigava a se unirem para produzir, mas também comercializar a sua produção.

“Então, a partir de 1983, eu comecei a ter um pouco mais de interesse em ver que a economia, se a população mais pobre se organizar, ela pode fazer um processo econômico que vá melhorar a sua vida, a sua renda, a dignidade da sua família. E que a economia passou a ser, na minha mentalidade, determinante para que houvesse uma melhoria na vida dos seres humanos.” (Pergunta n°1)

No entanto, Maria Antônia Arcanjo discorre que sua compreensão sobre economia solidária ser um contraponto ao capitalismo aumentou quando iniciou a pós-graduação em Gestão Pública voltada ao mundo do trabalho. Ao estudar as experiências do Banco do Povo de Bangladesh e o Banco do Povo de Porto Alegre, fez com que Maria Antônia Arcanjo trabalhasse na Secretaria de Trabalho e Renda, em Brasília. Isso resultou na criação do Banco do Povo de Brasília, Arcanjo conta que acabou se envolvendo muito e seu acúmulo de conhecimento e

experiência a fez ser chamada para trabalhar no programa de microcrédito solidário, pela ex-governadora do Pará, Ana Júlia, onde teve a oportunidade de estudar a experiência do Banco do Povo de Belém/PA. Após ser contratada, atuaram na Região do Baixo Amazonas, criando comissões de microcrédito solidário que promovesse acesso a financiamento e compreensão sobre essa questão. A partir disso, Arcanjo ressalta:

“Então, nós começamos a sistematizar a diferença da economia solidária para a economia capitalista. E aí se levantaram os fundamentos do capitalismo, que estão na concentração de renda, que é a questão da competição, que é a questão do salve-se quem puder, do individualismo e a economia solidária, que vem trazendo a discussão da autogestão, em que as pessoas que produzem, elas planejam tudo o que vão fazer, não só pelo dinheiro, mas para terem também a alegria de participar desse trabalho, que vai lhe dar um pouco mais de dignidade. Mas também a questão da solidariedade, a cooperação, a responsabilidade com a questão ambiental, entre outros princípios.” (Pergunta nº 1)

Ao ser perguntada sobre a importância da Secretaria Nacional de Economia Solidária para região de Santarém/PA, Maria Antônia Arcanjo discorre que a secretaria tem uma importância significativa, visto que traz o exemplo de que a economia solidária pode ser uma política pública e que consegue ser desenvolvida dentro desses moldes na esfera municipal. Arcanjo retifica os ensinamentos da SENAES para elaboração de políticas públicas, desde o conhecimento da realidade, para que haja indicadores do que deve ser planejado e desenvolvido, até levantamento de dados, como descreve a seguir:

“A Secretaria Nacional de Economia Solidária nos ensinou que o primeiro ponto de partida para você trabalhar uma política pública de economia solidária é o conhecimento da realidade, fazer o levantamento de todos os empreendimentos coletivos, grupos solidários, cooperativas, associações que estão trabalhando com fundamentos da economia solidária.” (Pergunta nº4)

Maria Antônia Arcanjo destaca que a constituição da Secretaria veio para mostrar que a Economia Solidária não é uma “doação” do poder público, ela só vai se estabelecer com a articulação dos movimentos sociais, como foi mostrado nos tópicos anteriores, a criação da

SENAES só foi possível junto com a movimentação dos fóruns sociais mundiais e elaboração do GT de economia solidária, Arcanjo relata a seguir:

“O segundo ponto que a SENAES mostra para nós, é de que a economia solidária não vai ser uma dádiva, uma doação do poder público. Ela só vai acontecer se os movimentos sociais se organizarem. Porque, para acontecer a SENAES, teve que acontecer a partir dos fóruns sociais mundiais que ocorriam, por exemplo, em Porto Alegre e Belém, eles criaram o GT de economia solidária, os grupos de trabalho de economia solidária para que houvesse um levantamento com essas referências dos estados e municípios sobre o que deveria ser o plano de trabalho da SENAES.” (Pergunta nº4)

Maria Antônia Arcanjo frisa constantemente que a economia solidária como política pública nos municípios, deve ser pautada e reivindicada através de pressão dos movimentos sociais, para que o recurso público proveniente do povo, venha ser para fortalecer uma nova economia. Além disso, destaca a importância da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) com a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IECOSOL) que surge para fomentar e assessorar empreendimentos econômicos solidários, como cooperativas de catadores e catadoras e cooperativas de produção, que buscam meios alternativos de subsistência e transformam isso em geração de trabalho e renda.

Em segundo, cita o Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que emerge com um esforço coletivo para que as entidades que atuam com a economia solidária se reconheçam como rede de apoio. Esse esforço fez com que fosse realizada a 1º Feira de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que contou com pessoas de diversos municípios da região, que trouxeram consigo sua forma de produção e experiência. Atualmente, o fórum trabalha na elaboração de um núcleo de cooperativas, que irão planejar como fornecer merenda escolar e produzir de maneira sustentável. Isso resulta no fortalecimento da agroecologia através da economia solidária, diante da ascensão do agrotóxico e monocultura de grãos na região. Arcanjo também ressalta a importância do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Baixo Amazonas, como relata a seguir:

“Eu destaco os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais do Baixo Amazonas, esses sindicatos, eles têm sido muito importantes para ajudar, principalmente, nesse processo educativo de fazer os

encontros, estudos, para que as pessoas despertem que não dá para ser cada um por si. Ou as pessoas se organizam, se unem, se criam os grupos, ou fica muito difícil a competição com esse crescimento da brutalidade do capitalismo na nossa região, que vem concentrando, a terra na mão de poucos.” (Pergunta nº5)

Por fim, Maria Antônia Arcanjo dá ênfase na união e esforço coletivo dos trabalhadores e movimentos sociais, que seguem a linha da economia solidária como forma de resistência as adversidades que cercam o Baixo Amazonas. Assim como apresenta a magnitude da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e a relevância para a construção de políticas públicas na esfera municipal.

Para finalizar o debate da inserção das políticas públicas de Economia Solidária no Baixo Amazonas, as entrevistas encerram-se com o Prof.º Drº Luiz Gonzaga Feijão da Silva, graduado e Doutor em Economia pela UFPA, Luiz Feijão faz parte da a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IECOSOL) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) desde 2014, e conta que sua trajetória com a economia solidária se inicia ainda na graduação, no ano de 2007, quando foi bolsista da Incubadora Tecnológica de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCPs) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Luiz Feijão menciona que na incubadora, ministravam cursos e oficinas na região de Belém e Baixo Tocantins, com as cooperativas que produziam açaí e associações urbanas. E que após aprovação do Programa Bolsa Trabalho em parceria com a incubadora e governo do estado, as atividades se expandiram mais e começou a trabalhar em outras localidades, como afirma a seguir:

“Quando foi 2008, a incubadora aprovou um programa, um projeto junto com o governo do estado, que eu acho que era Bolsa Trabalho o nome. Aí, a coisa se expandiu muito. A incubadora se expandiu muito e aí foi que eu comecei a ir para Marabá, acho que até Tailândia, ajudando a ministrar as oficinas e cursos como bolsista. Dando suporte, a gente ia para o interior, se afastava um, dois dias e três dias, ia fazer essas oficinas, essas grandes reuniões ampliadas que tinham, principalmente Marabá, que era um polo. Então, desde essa época eu venho trabalhando com a economia solidária.” (Pergunta nº 1)

Luiz Feijão conta que apesar de ter se afastado da economia solidária no mestrado, se encontrou novamente nessa área quando foi efetivado professor da UFOPA, em 2014 e quando

conheceu a IECOSOL. A partir de então a antiga coordenadora lhe repassou a liderança da incubadora, onde colocou em prática toda experiência e aprendizado do que tinha vivenciado na incubadora de Belém/PA.

“E aí eu unio as duas coisas. O que eu vivenciei e aprendi como bolsista na incubadora lá da UFPA, eu nunca abandonei ou esqueci toda aquela experiência que eu vivi, tanto dentro da incubadora, com os colegas que eu fiz lá, como com as pessoas que eu trabalhei fora, nas cooperativas e as associações, e eu uni também com a minha pesquisa do mestrado, que era agricultura familiar. Então, eu uni as duas coisas e comecei a trabalhar na incubadora aqui na UFOPA com uma cooperativa lá de Mojuí dos Campos. Então, foi o meu primeiro grupo que eu trabalhei, já como coordenador do projeto da incubadora aqui da UFOPA.” (Pergunta nº 1)

A incubadora sob seu comando resultou na formação de cursos e oficinas de planejamento estratégico, economia solidária, contabilidade e comércio justo, tudo para avançar na construção da economia solidária dentro da universidade e ajudar na disseminação do conhecimento sobre a economia solidária. Logo em 2016, foi quando a incubadora passou a organizar a Feira da Agricultura Familiar, que se tornou posteriormente, o foco da IECOSOL. A FAF, como é conhecida, é baseada nos eixos da economia solidária e comércio justo, além disso, incentiva a agroecologia, o respeito a natureza e o empoderamento feminino. Luiz Feijão reitera que tenta implementar ações de solidariedade dentro e fora da feira, para que os clientes também sejam atingidos com a pauta da economia solidária.

“(…) venho tentando implementar uma série de ações para reforçar essa solidariedade com esse grupo da feira, que boa parte eu não conhecia, mas agora a gente está super integrado. Então, a gente está desenvolvendo uma série de ações para fortalecer os princípios da Economia Solidária, não só dentro da feira, mas também com nossos clientes. E está sendo um trabalho muito gratificante.”

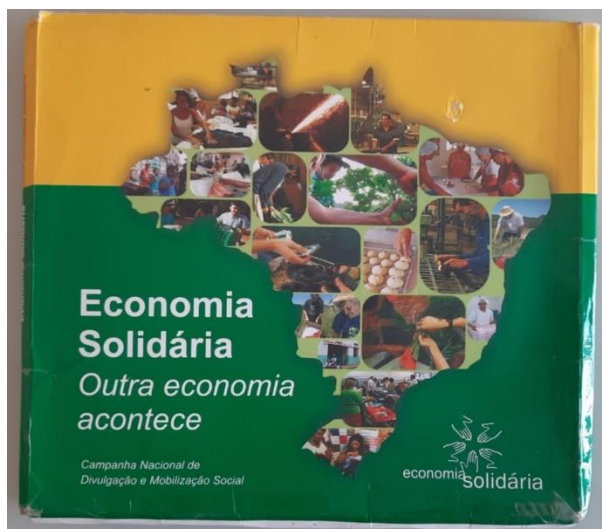
Ao ser questionado sobre o desenvolvimento da economia solidária no município de Santarém/PA, Luiz Feijão relata que não se recorda de nenhuma iniciativa, enquanto coordenador da Incubadora, de ação do poder público municipal e estadual para a realização de campanhas ou atividades que envolviam a economia solidária, como destaca a seguir:

“E assim, desde que eu cheguei em 2014, eu sinceramente não me recordo, enquanto coordenador da Incubadora, de 2014 a 2018 e agora, de a gente ter sido provocado pelo poder público municipal ou estadual para realizar uma campanha mais ampla de economia solidária, com uma proposta de desenvolvimento aqui em Santarém. Então assim, como política pública a iniciativa é muito pouca, entendeu?” (Pergunta n° 2)

No entanto, Luiz Feijão ressalta que a economia solidária como manifestação dos movimentos sociais, de se organizar para produzir, reivindicar seus direitos e pautas políticas, tem um potencial muito grande na região. Luiz Feijão segue ressaltando a importância de disseminar as noções da economia solidária e reafirma que a incubadora já atendeu diversos grupos, desde cooperativas e associações, para que mesmo que não se identifiquem com as pautas da ES, em algum momento já ouviram falar sobre.

Em seguida, ao ser perguntado sobre a Secretaria Nacional de Economia Solidária, Feijão conta que o conhecimento sobre a secretaria, se iniciou no ano de 2015, em um evento ofertado pela universidade, onde juntou coordenadores e participantes de incubadoras de algumas localidades do país. Luiz Feijão se recorda que durante o debate, foi apresentado um material de divulgação da secretaria, e nele continha cartilhas descrevendo o que era a economia solidária e um CD-Rom, com cursos que envolviam a ES;

FIGURA 5: CARTILHA ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

FIGURA 6: CARTILHAS, MANUAL E CD-ROM ECONOMIA SOLIDÁRIA



Fonte: Brasília: MTE, SENAES, FBES, 2007.

Todo esse material foi de extrema utilidade para a elaboração de cursos e oficinas oferecidos pela incubadora na qual coordena;

“Então, a Secretaria, nesse sentido, teve para a gente na incubadora uma importância muito grande, porque foi através do material de divulgação deles, os CD-ROMs, os vídeos, as cartilhas, que eles deram um material um pouco mais organizado, pedagogicamente mais bem pensado, mais bem ilustrado, que deu força e deu apoio para a gente intensificar nossas ações de extensão com oficinas e cursos. Então, foi fundamental nesse sentido, além do banco de dados que nos ajudou muito com as publicações.” (Pergunta nº2)

Luiz Feijão menciona que as instituições que mais colaboraram em favor da economia solidária na região de Santarém/PA, foram: a UFOPA, em primeiro lugar, através da incubadora de economia solidária, voltada para o auxílio de cooperativas e associações que regem as pautas de ES; os sindicatos, em segundo e, em especial, o Sindicato de Mojuí dos Campos, apoiando a feira da agricultura familiar, dando suporte no transporte dos trabalhadores e seus produtos; por último, o Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, trazendo a experiência dos seus colaboradores na mobilização social.

Em síntese, Luiz Feijão enfatizou a importância da incubadora na propagação do que é a economia solidária no município de Santarém/PA, destacou que tomou conhecimento da SENAES ainda na universidade em um evento e, através deste, recebeu o material fundamental para a elaboração de cursos e oficinas a respeito da ES.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar a influência da Secretaria Nacional de Economia Solidária na região do Baixo Amazonas e dissertar como se deu a articulação da ES em empreendimentos em Santarém/PA. Deste modo, optou-se por discorrer do tema em três frentes: 1) Economia Solidária e seus princípios; 2) Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil; 3) Secretaria Nacional de Economia Solidária no Baixo Amazonas.

As experiências da economia solidária se moldam entorno das mazelas propagadas pelo capitalismo, como a exploração dos trabalhadores, pobreza e desemprego. Apesar do desenvolvimento do modo de produção capitalista logo após a revolução industrial e a influência do sistema nos meios de produção, a união e iniciativa de trabalhadores e trabalhadoras de fomentar uma nova economia, permanecem atualmente.

Dessa forma, conforme ressalta Costa (2020), a economia solidária como alternativa de geração de trabalho e renda, tem como propósito transformar o cenário capitalista da sociedade, promovendo o trabalho cooperativo, coletivo e solidário, capaz de modificar as relações pessoais e ambientais. Sendo assim, o debate e propagação do movimento de economia solidária no Brasil, como pauta política e socioeconômica, se deu não só pela pressão dos movimentos sociais, mas também pela ascensão de um governo de esquerda no país, em particular o Partido dos Trabalhadores (PT), foi sob a liderança do presidente Lula que a economia solidária ganhou margem nas agendas do governo federal, ao ponto de constituir uma secretaria própria para trabalhar essa questão.

A SENAES, se constituiu com o propósito de ajudar trabalhadores e trabalhadoras sem trabalho a se organizar em empreendimentos solidários, mas não somente isso, a SENAES teve papel fundamental para dar visibilidade nas pautas da economia solidária e serviu de parâmetro para a formulação de políticas públicas a nível municipal e estadual.

Na Região do Baixo Amazonas, como foi mostrado, a secretaria influenciou diretamente com a elaboração de materiais que continham informações conceituando a economia solidária e como se organizava um empreendimento econômico solidário, foi graças ao material distribuído que a primeira política surgiu na região de Santarém/PA. A Escola de Economia Solidária é um feito na história do desenvolvimento da ES no município, focando em uma nova economia de geração de trabalho e renda, e em impulsionar a formação de empreendedores e empreendimentos econômicos solidários, a Econsol se inseriu com positividade na cidade e resultou em projetos para fortalecer as cooperativas da região (COSTA, 2020).

O material atribuído também foi responsável por consolidar ainda mais a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários (IECOSOL) da UFOPA, ao possibilitar a formulação de oficinas e minicursos que ampliaram o conhecimento dos membros da incubadora, e que puderam passar adiante para os participantes dos projetos vinculados a Iecosol. Outro fator importante para o desenvolvimento da ES em Santarém/PA, foi a formulação do Fórum de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que se destaca pelo esforço coletivo das entidades para a criação de uma rede de apoio fortalecida, isso resultou na elaboração da 1º Feira de Economia Solidária do Baixo Amazonas, que propôs o incentivo do trabalho de geração e renda, assim como fomentar a resistência e permanência dos agricultores familiares nas suas terras. A Feira contou com a contribuição de produtores e agricultores de vários municípios do Baixo Amazonas.

Em suma, a ascensão da ES em Santarém passou diretamente pela secretaria, esse apoio se converteu em desenvolvimento de comunidades que prezam pela sustentabilidade e por ambientes de melhor qualidade para os seus participantes e colaboradores. Portanto, é notório a influência da secretaria para a construção do cenário socioambiental e econômico da região do Baixo Amazonas.

## Referências

AMORIM, Andressa Nunes. **Economia solidária – princípios e contradições**. Dissertação de mestrado (2010). Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/andressa\\_nunes\\_amorim.pdf](https://base.socioeco.org/docs/andressa_nunes_amorim.pdf).

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE, SENAES, 2006.

COSTA, L. D. C. P. D. (2022). *Economia solidária e território: contribuições para o desenvolvimento econômico do município de Santarém-PA* (Doctoral dissertation, Universidade Federal do Oeste do Pará).

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. **São Paulo: Todos os Bichos**, 2010.

DA SILVA, Roberto Marinho Alves. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS**.

DAMASCENA, Monique Bronzoni. **Análise da reconstrução da política pública de economia solidária no governo do estado do Rio Grande do Sul (2011-2012)**. 2013. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

DE OLIVEIRA BERTUCCI, Jonas. A produção de sentido e a construção social da economia solidária. **Revista Sociedade e Estado-Volume**, v. 26, n. 1, 2011.

DE ARCANJO, Maria Antonia Silva; DE OLIVEIRA, Ana Luíza Matos. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária: avanços e retrocessos. **Perseu: História, Memória e Política**, n. 13, 2017.

DE ARCANJO, M. A. S., & de Oliveira, A. L. M. (2018). Para Uma Nova Economia: Percepção de Representantes de Organizações de Economia Solidária Sobre o Impacto das Ações da SENAES em Belém (PA). *Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política*, 29(1 (53).

Ferreira, F. M., Lombardi, L., Severino, M. R., Carvalho, C. R. R., & Campos, F. R. (2019). Políticas públicas de Economia Solidária: uma revisão da literatura. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, 5(1), 49-69.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno crh**, v. 16, n. 39, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. ECONOMIA SOLIDÁRIA E TRAJETÓRIAS DE TRABALHO Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 103, p. e3510304, 2020.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O conceito de empreendimento econômico solidário: por uma abordagem gradualista. **Dados**, v. 61, n. 1, p. 137-169, 2018.

MORAIS, Edson Elias de et al. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, p. 67-88, 2011.

DE OLIVEIRA, Fábio; LEIRNER, Ana Novinsky. Relações de trabalho, processos cotidianos e empreendimentos de economia solidária: duas experiências do Programa Oportunidade Solidária. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 243-256, 2009.

Políticas Públicas em Economia Solidária: reflexões da Rede de Gestores/ Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária; Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro; Secretaria Nacional de Economia Solidária. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

Praxedes, S. F. (2009). Políticas públicas de economia solidária: novas práticas, novas metodologias.

Singer, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Singer, P. (2014). Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES).

SILVA, R. D. (2016). Políticas públicas de economia solidária no Brasil: conquistas de direitos e desafios institucionais. *Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo*, 1(1), 08-34.

Silva, Sandro Pereira; Nagern, Fernanda Abreu (2011): A economia solidária na agenda das políticas públicas nacionais: Uma análise do programa economia solidária em desenvolvimento, Texto para Discussão, No. 1682, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

Sguarezi, Sandro Benedito. Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades - Digital 2. Ed. [e-book] / Sandro Benedito Sguarezi. – Cáceres: Unemat Editora, 2020.

Xavier, E. (2009). Economia solidária: um novo modo de viver.

## ANEXO – 1



### CONTROLE DE ENTREVISTA

Nome: \_\_\_\_\_ Entidade: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_

### PERGUNTAS

1. Qual a sua relação com a Economia Solidária? E quando começou?
2. Como avalia o desenvolvimento da Economia Solidária em Santarém/PA?
3. Tem conhecimento sobre a Senaes?
4. Qual a importância da secretaria para o desenvolvimento da Economia Solidária em Santarém/PA?
5. Quais instituições colaboram para o desenvolvimento da Economia Solidária em Santarém/PA?

|                                    |  |
|------------------------------------|--|
| <b>NOME DO ENTREVISTADOR</b>       |  |
| <b>DATA DA ENTREVISTA</b>          |  |
| <b>ASSINATURA DO ENTREVISTADOR</b> |  |



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
REITORIA

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS  
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

**1. Identificação do autor**

Nome completo: Mariah Wanzeler Massaranduba e Silva CPF: 059.004.392-75 RG: 8622594  
Telefone: (93) 99228-2193 E-mail: mariahmassa64@gmail.com Titulação recebida: Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

(X) Sim ( ) Não

**2. Identificação da obra**

( ) Monografia (X) TCC ( ) Dissertação ( ) Tese ( ) Artigo científico ( ) Outros: \_\_\_\_\_

Título da obra: ECONOMIA SOLIDÁRIA: O impacto da Secretaria Nacional de Economia Solidária na região do Baixo Amazonas

Programa/Curso de pós-graduação: Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Data da conclusão: 25/10/2024

Orientador: Luiz Gonzaga Feijão da Silva E-mail: luiz.silva@ufopa.edu.br

Co-orientador: \_\_\_\_\_

Examinadores: Márcia Janete da Costa Cunha

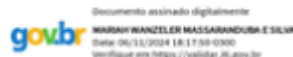
Elen Cristina da Silva Pêsoa

**3. Termo de autorização**

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original.

Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 06/11/2024.



Assinatura do autor

**4. Tramitação**

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Responsável: \_\_\_\_\_

Siape/Carimbo